

IDEOLOGIA DE GÊNERO

UMA DISCUSSÃO POLÍTICO-SOCIAL

Juliana Cabral*

Nas últimas décadas, o termo “gênero” tem recebido espaço e diferentes narrativas. O crescente destaque se dá pela seriedade do tema que está sendo debatido em diferentes esferas sociais na contemporaneidade, especialmente no domínio político-social. Inicialmente o conceito era compreendido “como uma construção sócio-histórica produzida sobre as características biológicas” (LOURO 2000). No decorrer do tempo, essa expressão absorveu novos conceitos e experimentou uma mudança em diferentes âmbitos, sobretudo no que tange às dicotomias das sexualidades. Segundo Ribeiro e Soares (2007), “não significa negar a biologia dos corpos, mas também considerar as construções culturais historicamente produzidas.

Na metade do século XX diversos movimentos sociais obtiveram repercussão midiática e o entendimento sobre os direitos individuais receberam amplitude e destaque. Através destes movimentos como, por exemplo, feministas, homossexuais e antirracistas, as noções dos direitos igualitários alcançaram o nível político, a fim de evidenciar a exclusão de uma parcela da população. Nesse sentido, a noção de gênero se definiu nesse contexto de lutas como um aparelho das minorias de resistência contra a discriminação e os preconceitos sociais no tocante aos sexos, raças e estilos de vida.

A subjetivação pela sexualidade dirigida por ideologias de gênero atua através de um caráter imperioso e coercitivo de códigos morais da sociedade, e carrega inúmeras formas simbólicas de discriminação. Nesse sentido, argumenta Verón (citado em Heck, 1996), “ideologia é, conseqüentemente, um nível de significação, o qual pode estar presente em qualquer tipo de mensagem, mesmo no discurso científico. Qualquer material de comunicação

*Graduada em Administração – Discente do curso de Educação Física, na Universidade Federal do Rio Grande - FURG

social é suscetível de uma leitura ideológica”. Apesar de que se digam contra uma “ideologia”, grupos extremistas e religiosos agem para interromper a solidificação de valores básicos da democracia.

A promoção do respeito, pluralidade e diversidade de gênero, atualmente está na pauta dos debates em muitos contextos educativos, justamente devido à forma que os movimentos sociais atuam na arena política. É perceptível que, em sua maioria, são os jovens que participam de movimentos sociais, de manifestações dentro do cenário político-social. Na biografia brasileira estas intervenções sóciopolíticas se apresentam de modo expressivo nos últimos anos. Entende-se que os meios de comunicação influenciam esta participação – principalmente a televisão e as mídias digitais, que de certa forma, produzem e disseminam “verdades”. Nesse sentido, discussões sobre as “anormalidades” se fazem presentes nos diversos produtos midiáticos.

Entrelaçados a valores, prescrições, opiniões, que certamente carregam a marca de opções políticas, ideológicas, econômicas, assumidas pelo roteirista, pelo diretor, pela emissora, numa certa época. Importa é que esses produtos tematizam de alguma forma a juventude brasileira, falam com ela, dirigem-se a ela, buscam-na avidamente na condição de público consumidor e posicionam-se como lugar de educação e formação de gerações mais novas (FISCHER, 2005, p. 49).

Associadas a estas aparições que delineiam a existência coletiva, estão as de “ideologias de gênero”, abarcando justificativas ou “racionalizações” dos jovens “que sustentam direitos desiguais em circunstâncias semelhantes” (FERREIRA, 2006, p. 4). Vale ressaltar que a juventude é “uma categoria em permanente construção social e histórica, variando no tempo, de uma cultura para a outra, e até mesmo no interior de uma mesma sociedade” (AQUINO, 2009, p. 29).

Faz-se necessário então, pensar nessa socialização dos jovens no domínio dos estudos políticos, principalmente no que compreende as desigualdades de gênero. Segundo SPOSITO (2009), a Ciência Política figura como a área das Ciências Sociais com o menor desenvolvimento de estudos sobre juventude e a ausência da perspectiva de gênero, quando comparada com a Sociologia e a Antropologia. É de fato importante refletir sobre essa carência, especialmente, pois envolvem questões de cidadania.

O conceito de gênero é relevante para examinar as perspectivas e os

comportamentos da juventude, pois permite identificar como se estabelecem redes de relações sociais e políticas por e entre os gêneros. Igualmente, enquanto variável sociocultural, como as de classe social, raça/etnia, geração e/ou crença religiosa, ajuda a captar a juventude em sua diversidade. Enfim, o gênero enquanto categoria de análise possibilita dimensionar como os valores atribuídos a atividades e competências adentram o espaço público e interagem com condicionantes sociais, culturais, políticos e econômicos (PRÁ, 2013, p.4).

As construções sociais de gênero são produzidas nas sociedades; percebemos então a necessidade de discussão sobre o tema em diversos espaços, principalmente no cenário político-social, para que possamos retirar o reforço de ideologias e estereótipos que são naturalizados. Nesta amplitude citamos Birolí (2014):

O estímulo à tolerância e ao respeito à liberdade sexual, por meio de leis e de campanhas educacionais nas escolas e nos meios de comunicação, é necessário para o igual reconhecimento dos indivíduos e para a construção de ambientes justos e favoráveis ao desenvolvimento das crianças (BIROLI, 2014, p. 58).

Nos espaços educativos, como a escola, por exemplo, as atuações de discriminação são evidentes e produzem demasiadas consternações. Para os indivíduos que recebem esse tratamento excludente fica manifestada a dificuldade de socialização, a redução do aproveitamento escolar e a desvalorização de sua “inadequada” vida com seus valores individuais. Por este motivo, a importância de se discutir este assunto na esfera política, pois assim poderá refletir nas diversas mídias e também nas escolas, nas quais ocorre a socialização dos sujeitos.

Entendemos como necessárias reflexões sobre a sociedade que queremos e nas subjetividades que desejamos, em prol da igualdade, que respeite a diversidade de corpos, de valores, de culturas, que se adeque as pluralidades. Essa discussão passa pelos espaços políticos e a pretensa justiça parece-nos possível se estes aspectos embasarem a educação dos sujeitos. O importante é que o respeito às diferenças esteja presente na sociedade, entendendo-a em todos seus aspectos enquanto espaço educativo.

Referências

AQUINO, Luseni Maria C. Introdução. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE Carla Coelho de [Org.]. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009, p. 23-39.

BIROLI, Flávia. **Família: novos conceitos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

FERREIRA, Pedro Moura. **Gênero, juventude, e espaço público na Europa**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 7 Gênero e Preconceitos, Anais. Florianópolis, 2006.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Mídia e Juventude: experiências do público e do privado na cultura**. Cad. Cedes, Campinas, 2005, vol. 25, n. 65, p. 43-58.

HECK, M. C. **The ideological dimension of media messages**. In S. Hall, D. Hobson, A. Lowe, & P. Willis (eds.). Culture, media, language (pp. 122-127). London: Routledge, 1996.

LOURO, G. L. **Corpo, Escola e Identidade. Educação e Realidade**. Porto Alegre, n 2, p. 5976, jul/nov. 2000.

PRÁ, Jussara Reis. **Estereótipos e ideologias de gênero entre a juventude brasileira**. Revista Feminismos, Salvador, 2013, Vol. 1, N.3.

RIBEIRO, P.R.C. e SOARES, G.F. **As identidades de gênero**. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa. **Corpos, Gêneros e Sexualidades: questões possíveis para o currículo escolar – Caderno Anos Iniciais**. Rio Grande: Editora da FURG, 2007.

SPOSITO, Marília Pontes. **O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, v. 1, pp. 17-56.